

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ****Câmara Municipal de**  
**Maceió**ARQUIVO  
DISPONIBILIZADO PELO  
SITE.Validação:  
<https://www.maceio.al.leg.br/>**ATOS E DESPACHOS DO PREFEITO DE MACEIÓ**  
**LEI DELEGADA Nº. 013 MACEIÓ/AL, 04 DE JULHO DE 2025.**

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO,  
VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA E NORMAS  
GERAIS DE FUNCIONAMENTO DOS  
CONSELHOS E FUNDOS MUNICIPAIS NO  
ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**

Faço saber que, no uso da delegação conferida pela Câmara Municipal de Maceió, nos termos do Decreto Legislativo nº 1.143, de 03 de janeiro de 2025, promulgo esta Lei Delegada:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei Delegada dispõe sobre a organização, a vinculação administrativa e as normas gerais de funcionamento dos Conselhos e Fundos Municipais, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Maceió.

**Art. 2º** A criação, a gestão e o funcionamento dos Conselhos e Fundos Municipais de que trata esta Lei pautar-se-ão pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, participação social e transparência.

**CAPÍTULO II****DOS CONSELHOS MUNICIPAIS****Seção I****Da Natureza e das Vinculações**

**Art. 3º.** Os Conselhos Municipais são órgãos colegiados, de caráter permanente ou temporário, que atuam como instâncias de participação da sociedade na formulação e no controle de políticas públicas.

**Art. 4º.** Os Conselhos Municipais no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, com as respectivas vinculações fixadas nesta Lei, são:

- I - Conselho Comunitário Municipal de Segurança de Maceió;
- II - Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal;
- III - Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal;
- IV - Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- V - Conselho Gestor de Organização Social;
- VI - Conselho Gestor do Passeio à Piscina Natural da Pajuçara;
- VII - Conselho Gestor do Programa de Parcerias Estratégicas;
- VIII - Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- IX - Conselho Municipal de Assistência Social;
- X - Conselho Municipal de Cidadania e Direitos da População LGBT;
- XI - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- XII - Conselho Municipal de Contribuintes;
- XIII - Conselho Municipal de Defesa Civil;
- XIV - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- XV - Conselho Municipal de Economia Solidária;
- XVI - Conselho Municipal de Educação;
- XVII - Conselho Municipal de Entorpecentes;
- XVIII - Conselho Municipal de Esportes e Lazer;
- XIX - Conselho Municipal de Gerenciamento das Políticas Públicas;
- XX - Conselho Municipal de Mobilidade Urbana;
- XXI - Conselho Municipal de Planejamento Territorial;
- XXII - Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- XXIII - Conselho Municipal de Proteção Ambiental;
- XXIV - Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;



XXV - Conselho Municipal de Saneamento;  
XXVI - Conselho Municipal de Saúde;  
XXVII - Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda;  
XXVIII - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;  
XXIX - Conselho Municipal do Plano Diretor de Maceió;  
XXX - Conselho Municipal do Turismo;  
XXXI - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
XXXII - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;  
XXXIII - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;  
XXXIV - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;  
XXXV - Conselho Político.

**Art. 5º** Os Conselhos Municipais vinculam-se aos órgãos da Administração Pública Municipal Direta da seguinte forma:

- I - ao Gabinete Civil, vincula-se ao Conselho Político;  
II - à Secretaria Municipal de Governo e de Subprefeituras, vinculam-se  
a) o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;  
b) o Conselho Municipal da Juventude;  
c) o Conselho Municipal de Gerenciamento das Políticas Públicas.  
III - à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar, vinculam-se:  
a) Conselho Municipal de Assistência Social;  
b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
c) Conselho Municipal de Segurança Alimentar.  
IV - à Secretaria Municipal de Educação, vinculam-se:  
a) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;  
b) Conselho Municipal de Educação.  
V - à Secretaria Municipal de Fazenda, vinculam-se:  
a) Conselho de Gestão Administrativa e Fiscal;  
b) Conselho Municipal Tributário de Contribuintes;  
c) Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;  
VI - à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Patrimônio, vincula-se:  
a) Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal;  
b) Conselho Gestor de Organização Social;  
VII - à Secretaria Municipal de Segurança Cidadã, vinculam-se:  
a) Conselho Municipal de Entorpecentes;  
b) Conselho Comunitário Municipal de Segurança de Maceió.  
VIII - à Secretaria Municipal de Turismo, vinculam-se:  
a) Conselho Gestor do Passeio à Piscina Natural da Pajuçara;  
b) Conselho Municipal do Turismo.  
IX - à Secretaria Municipal Bem-Estar e Esporte, vincula-se o Conselho Municipal de Esportes e Lazer;  
X - à Secretaria Municipal da Mulher, Pessoas com Deficiência, Idosos e Cidadania, vinculam-se:  
a) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;  
b) Conselho Municipal de Cidadania e Direitos da População LGBT.  
c) Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;  
d) Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.  
XI - à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária, vinculam-se:  
a) Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda;  
b) Conselho Municipal de Economia Solidária.  
XII - à Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Parcerias, vinculam-se a Conselho Gestor do Programa de Parcerias Estratégicas;  
XIII - à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional, vincula-se o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;  
XIV - à Secretaria Municipal de Saúde, vincula-se o Conselho Municipal de Saúde;  
XV - à Secretaria Municipal de Infraestrutura, vincula-se o Conselho Municipal de Saneamento;  
XVI - à Secretaria Municipal de Estratégias Disruptivas e Economia Digital, vincula-se o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;  
XVII - à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, vincula-se o Conselho Municipal de Políticas Culturais.

**Art. 6º** Os Conselhos Municipais vinculam-se às entidades da Administração Pública Municipal Indireta da seguinte forma:



- I - à Fundação Municipal de Ação Cultural, vincula-se o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;
- II - à Autarquia Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, vincula-se o Conselho Municipal de Proteção Ambiental;
- III - ao Instituto de Pesquisa, Planejamento e Licenciamento Urbano e Ambiental, vinculam-se:
- a) Conselho Municipal de Planejamento Territorial;
  - b) Conselho Municipal do Plano Diretor de Maceió.
- IV - ao Departamento Municipal de Transporte e Trânsito, vincula-se o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana.

## Seção II

### Das Disposições Comuns aos Conselhos

**Art. 7º** O funcionamento, a composição, as competências específicas e o regimento interno de cada Conselho Municipal são definidos em legislação própria ou regulamentados por Decreto do Prefeito, respeitadas as disposições das legislações vigentes.

## CAPÍTULO III

### DOS FUNDOS MUNICIPAIS

#### Seção I

##### Da Natureza e das Vinculações

**Art. 8º** Os Fundos Municipais são instrumentos de natureza contábil e financeira, instituídos por lei, destinados a vincular receitas específicas à realização de determinados objetivos ou serviços de interesse público.

**Art. 9º** Os Fundos Municipais vinculam-se aos órgãos da Administração Pública Municipal Direta da seguinte forma:

I - à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar, vinculam-se:

- a) Fundo Municipal de Assistência Social;
- b) Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

II - à Secretaria Municipal de Infraestrutura, vinculam-se:

- a) Fundo da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- b) Fundo Municipal de Saneamento Básico.

III - à Secretaria Municipal de Saúde, vinculam-se:

- a) Fundo Municipal de Saúde;
- b) Fundo Municipal de Aparelhamento de Atividades Sanitárias.

V - à Secretaria Municipal de Educação, vincula-se o Fundo Municipal de Educação;

VI - à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Patrimônio, vincula-se o Fundo de Administração de Recursos Humanos e Patrimônio de Maceió;

VII - à Secretaria Municipal de Governo e de Subprefeituras, vincula-se o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

VIII - à Secretaria Municipal de Estratégias Disruptivas e Economia Digital, vincula-se o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

IX - à Secretaria Municipal de Abastecimento, Agricultura, Pesca e Aquicultura, vincula-se o Fundo Municipal de Abastecimento;

X - à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Economia Solidária, vincula-se o Fundo Municipal de Trabalho, Emprego e Renda;

XI - à Secretaria Municipal de Turismo, vincula-se o Fundo Municipal de Promoção do Turismo;

XII - à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Esporte, vincula-se o Fundo Municipal de Esportes e Lazer;

XIII - à Secretaria Municipal da Mulher, Pessoas com Deficiência, Idosos e Cidadania, vinculam-se:

- a) Fundo Municipal da Mulher;
- b) Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

XIV - à Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Parcerias, vincula-se o Fundo Municipal de Parcerias Público-Privadas;

XV - à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional, vincula-se o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

XVI - à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, vincula-se o Fundo Municipal de Cultura de Maceió;

XVII - à Procuradoria-Geral do Município, vincula-se o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió.



**Art. 10.** Os Fundos Municipais vinculam-se às entidades da Administração Pública Municipal Indireta da seguinte forma:

I - à Maceió Previdência, vinculam-se o:

- a) Fundo Previdenciário;
- b) Fundo Financeiro.

II - ao Instituto de Pesquisa, Planejamento e Licenciamento Urbano e Ambiental de Maceió, vinculam-se o:

- a) Fundo de Desenvolvimento Urbano;
- b) Fundo Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Maceió.

III - ao Departamento Municipal de Transporte e Trânsito, vincula-se o Fundo Municipal de Transportes Urbanos;

IV - à Fundação Municipal de Ação Cultural, vincula-se o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Maceió;

V - a Autarquia Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, vinculam-se

- a) o Fundo de Proteção Ambiental;
- b) o Fundo de Cemitérios.
- c) o Fundo Municipal de Limpeza Urbana.

## Seção II

### Das Disposições Comuns aos Fundos

**Art. 11.** A gestão orçamentária, financeira e contábil de cada Fundo Municipal será disciplinada por legislação específica e regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, que designará o respectivo gestor e definirá as normas de aplicação e prestação de contas dos recursos, em conformidade com a legislação federal de finanças públicas.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 12.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei Delegada para promover as adequações necessárias ao pleno funcionamento dos Conselhos e Fundos Municipais.

§ 1 A regulamentação de que trata o caput disciplinará, sempre que necessário, a redistribuição dos membros dos conselhos decorrente da reestruturação administrativa.

§ 2 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 13.** O art. 3º da Lei Municipal nº 7.353, de 29 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O CMMU é um órgão colegiado, de natureza consultiva, propositiva e participativa, composto por 26 (vinte e seis) membros, responsável por discutir as ações relacionadas à mobilidade urbana no Município de Maceió, com atribuições voltadas à análise, ao planejamento e ao acompanhamento das políticas públicas de transporte e trânsito.

Parágrafo único. O Decreto disporá, sobre composição, funcionamento e demais atribuições do Conselho.”

**Art. 14.** Fica criado o Fundo Municipal de Limpeza Urbana, com a finalidade de prover recursos para a implementação, manutenção e expansão das ações voltadas à limpeza urbana no Município de Maceió.

§ 1º Constituem receitas do Fundo Municipal de Limpeza Urbana:

- I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município;
- II - contrapartidas financeiras, materiais ou em serviços, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
- III - doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- IV - rendimentos decorrentes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo, realizados conforme a legislação vigente;
- V - valores arrecadados com multas previstas na Lei nº 6.933, de 04 de setembro de 2019 (Código de Limpeza Urbana);
- VI - outras receitas que lhe forem legalmente atribuídas.

§ 2º Autarquia Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade poderá a seu critério converter as multas aplicadas com base na Lei nº 6.933 de 04 de setembro de 2019 (Código de Limpeza Urbana) por prestação de serviço ou entrega e fornecimento de bem.

§ 3º As demais disposições a respeito do Fundo Municipal de Limpeza Urbana serão regulamentadas mediante Decreto.



**Art. 15.** Fica criado o Fundo Municipal de Startups e Inovação em Inteligência Artificial, com a finalidade de financiar ações voltadas à pesquisa, desenvolvimento, formação, infraestrutura e aplicação de soluções de IA.

§ 1º Constituem receitas do Fundo Municipal de Startups e Inovação em Inteligência Artificial:

I – dotações orçamentárias próprias do Município;

II – transferências da União, do Estado e de entidades públicas e privadas;

III – doações, legados, auxílios e subvenções;

IV – rendimentos provenientes da aplicação de seus recursos.

§ 2º As demais disposições a respeito do Fundo Municipal de Startups e Inovação em Inteligência Artificial serão regulamentadas mediante Decreto.

**Art. 16.** A Lei Municipal nº 7.502, de 2 de janeiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 2º A Diretoria Executiva, órgão de execução e gestão, será composta por 4 (quatro) Diretores, entre os quais um Diretor Presidente, todos indicados pelo Conselho de Administração, observados os critérios previstos no Estatuto Social. (NR)

§ 3º O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização e controle interno, será composto por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes. (NR)

§ 4º O Conselho de Administração será composto por ao menos 7 (sete) conselheiros, podendo o Estatuto Social acrescentar esse número até o limite de 11 (onze). (AC)

§ 5º No caso de vacância dos membros dos Conselhos o preenchimento das vagas ocorrerá por indicação, após eleição, dos demais membros do Conselho Administrativo, com consequente nomeação do Prefeito de Maceió. (AC)

§ 6º Os Membros da Diretoria Executiva, bem como seu Presidente, serão indicados pelo Conselho Administrativo e nomeados pelo Prefeito de Maceió. (AC)

§ 7º O Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva exercerão mandato de 4 (quatro) anos, com início em 1º de janeiro de 2026. (AC)

§ 8º O Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria Executiva poderão ser reconduzidos 1 (uma) vez. (AC)

§ 9º O Diretor-Presidente e demais Diretores Executivos serão exonerados pelo Prefeito:

I - a pedido;

II - no caso de acometimento de enfermidade que incapacite o titular para o exercício do cargo;

III - quando sofrerem condenação, mediante decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática de ato de improbidade administrativa ou de crime cuja pena acarrete, ainda que temporariamente, a proibição de acesso a cargos públicos.

Art. 23. O MACEIÓ SAÚDE poderá subcontratar com terceiros a execução parcial ou total das atividades previstas em seus contratos. (NR)."

**Art. 17.** Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os dispositivos de leis anteriores que estabeleçam vinculações administrativas de conselhos e fundos de forma diversa da prevista nesta Lei.

**Art. 18.** Esta Lei Delegada entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**, em 04 de julho de 2025.

**JHC**

Prefeito de Maceió

**\*REPRODUZIDA POR INCORREÇÃO.**

**Publicado por:**

Evandro José Cordeiro

**Código Identificador:**1D58B593

Matéria publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió no dia 09/12/2025. Edição 7304b

12/12/2025, 11:55

Prefeitura Municipal de Maceió

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/maceio/>

**Câmara Municipal de  
Maceió**

ARQUIVO  
DISPONIBILIZADO PELO  
SITE.

Validação:  
<https://www.maceio.al.leg.br/>

